

HABEAS CORPUS Nº 492.521 - SP (2019/0037423-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : TIAGO PUGSLEY E OUTRO
ADVOGADOS : TIAGO PUGSLEY - DF025466
ANA CAROLINA FERNANDES JACINTO - DF057836
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : ARMANDO MELLÃO NETO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ARMANDO MELLÃO NETO contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Apelação n. 2004.61.81.0013335-1/SP).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 4 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e multa, pela prática do crime previsto no art. 332, § 1º, do Código Penal (e-STJ fls. 20/38).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para reduzir o valor do dia-multa, mantidos os demais termos da condenação (e-STJ fls. 64/84).

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/13), os impetrantes alegam que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em virtude da ilegal exasperação da pena-base. Para tanto, afirmam ser indevido o desvalor atribuído à culpabilidade com base na suposta influência exercida pelo paciente no meio político, além de que o desprestígio à Administração Pública foi sopesado na terceira fase da dosimetria, o que traduz indevido *bis in idem*. Além disso, asseveram que o intuito de enriquecimento fácil é inerente ao delito de tráfico de influência e, dessa forma, tal circunstância não pode ensejar o incremento da pena. Subsidiariamente, aponta ser desproporcional o excessivo aumento operado na primeira fase da dosimetria, com lastro no desvalor de apenas duas circunstâncias judiciais. Em consequência da redução

da pena, entende que o paciente faz jus ao regime aberto.

Ao final, pede a suspensão da execução da pena imposta ao paciente, no mérito, a redução da pena-base.

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que o presente *habeas corpus* e o REsp 1.527.493/SP se referem à mesma pessoa, originam-se da mesma ação penal, voltam-se contra o mesmo acórdão (Apelação n. 2004-61.81.0013335-1) e têm pedidos idênticos, referentes à redução da pena-base aplicada ao paciente.

Ao analisar o mencionado recurso especial, deixei de conhecê-lo por decisão monocrática, a qual foi posteriormente confirmada pela Quinta Turma desta Corte, em sede de agravo regimental, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA, CRIME IMPOSSÍVEL E DOSIMETRIA DA PENA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. *Foram afastadas as teses de atipicidade da conduta e de crime impossível, e comprovado o dolo específico do acusado, a partir do exame minucioso da prova carreada aos autos. A argumentação recursal parte de premissas fáticas não admitidas pelo acórdão recorrido, cuja revisão encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

2. *A dosimetria da pena insere-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade.*

3. *Considerando os parâmetros delineados na norma penal para o apenamento (2 a 5 anos) e não havendo desproporcionalidade entre a pena-base estabelecida (3 anos), as circunstâncias do delito, a conduta do agente e os motivos elencados pelo douto julgador a quo, esta Corte não deve se sobrepor ao juízo discricionário feito pelas instâncias ordinárias, sob pena de maltrato ao enunciado 7/STJ e de se transformar em mera instância revisora, fugindo à missão constitucional que lhe é reservada.*

4. *Agravo regimental desprovido.*

Trata-se, portanto, de reiteração de insurgência já apreciada e julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, de forma que as teses aqui deduzidas já foram integral e exaustivamente enfrentadas, tornando-se insuscetíveis de nova análise por esta Corte. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO ANTERIOR. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Não se conhece do recurso ordinário em habeas corpus quando a questão nele levantada já foi analisada em outro mandamus, por caracterizar reiteração de pedido.

2. No caso, deixou-se de analisar o recurso ordinário em habeas corpus, por se tratar de mera reiteração de pedido formulado no RHC n. 58.051/MT.

3. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no RHC 60.885/MT, Rel. Ministro ERICSON MARANHO, Sexta Turma, DJe 15/12/2015).

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. CONDENAÇÃO. INDEFERIMENTO DO RECURSO EM LIBERDADE. PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. QUESTÃO JÁ DEDUZIDA EM PRÉVIO WRIT. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ELEVADA QUANTIDADE DE PENA APLICADA. AUSÊNCIA DE OFENSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA.

1. Tendo a tese da ilegalidade da prisão preventiva sido levantada em prévio recurso ordinário em habeas corpus interposto perante esta Corte Superior e, constatando-se que já houve o seu exame, tendo sido improvido, não merece conhecimento o writ nesse ponto, por se tratar de mera reiteração de reclamo anteriormente ajuizado.

[...]

4. Habeas corpus parcialmente conhecido, nesta extensão, denegada a ordem.

(HC 318.357/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 28/5/2015).

PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE IMPETRAÇÃO ANTERIOR. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Não se conhece de habeas corpus que reitera pretensão deduzida em writ anterior.

2. Hipótese em que, tanto nesta quanto na outra impetração (HC 275.515/BA), pretende-se o redimensionamento da pena-base aplicada ao réu, mediante o sopesamento das circunstâncias judiciais desfavoráveis ao condenado.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 287.559/BA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, DJe 23/3/2015)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DO HC N. 269.852/BA. INDEFERIMENTO LIMINAR. ILEGALIDADE. INOCORRÊNCIA.

1. A reiteração de habeas corpus ou recurso em habeas corpus enseja a possibilidade de indeferimento liminar de um deles, mormente quando o outro já teve seu mérito apreciado.

2. Agravo não provido.

(AgRg no RHC 45.417/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 22/8/2014).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Traslade-se, para estes autos, cópia da decisão monocrática e do acórdão em agravo regimental proferidos no REsp 1.527.493/SP.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator